

Trabalho de Conclusão de Curso

As denúncias de infrações éticas junto ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina

Luiza Mota



**Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Odontologia**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA**

Luiza Mota

**As denúncias de infrações éticas junto ao Conselho
Regional de Odontologia de Santa Catarina**

Trabalho apresentado à
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para a
conclusão do Curso de
Graduação em Odontologia
Orientador: Prof^a. Dra. Beatriz
Álvares Cabral de Barros

Florianópolis
2018

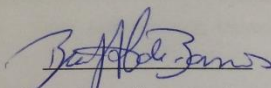
Luiza Mota

**AS DENÚNCIAS DE INFRAÇÕES ÉTICAS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE
SANTA CATARINA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado, adequado para obtenção do título de cirurgião-dentista e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de maio de 2018.

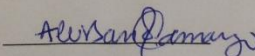
Banca Examinadora:



Prof.^a, Dr.^a Beatriz Álvares Cabral de Barros,

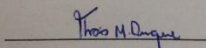
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a, Dr.^a Alessandra Rodrigues de Camargo,

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.^a, Dr.^a Thais Mageste Duque

Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho aos meus pais,
Maristela Fracasso Mota e
Juarez Rodrigues Mota Filho,
que, com muito amor e dedicação,
me fizeram chegar até aqui.

.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maristela Fracasso Mota e Juarez Rodrigues Mota Filho, que iniciaram esse caminho comigo, e, através de muito esforço, trabalho e horas de sono abdicadas me deram todo o suporte para chegar até aqui. Agradeço por serem pessoas admiráveis, sempre estarem dispostos a ajudar o próximo, de bom caráter, dedicadas a fazer sempre o melhor, e por serem o melhor exemplo de vida que uma filha pode querer se espelhar. Obrigada, mãe e pai, pelas brigas, quando eram necessárias, pelos ensinamentos de vida passados, pelos momentos alegres e felizes compartilhados, pelas risadas, por fazerem do nosso lar um lugar de conforto e aconchego, por serem o meu porto seguro, por sempre me defenderem, me apoiarem, e me darem força quando era necessário, e, acima de tudo, por sempre terem acreditado em mim. Sem vocês, nada disso seria possível.

À minha irmã, Gabriela Mota, minha companheirinha, que me tirou o posto de filha única, depois de muitos anos, mas chegou na família para trazer ainda mais alegria e união. Obrigada por ser essa criaturinha carinhosa, inteligente, sensível, engraçada e que me ensinou que ter uma irmã é uma das melhores coisas do mundo. Espero que, um dia, eu possa fazer pelo menos um pouco, por você, do que a mãe e o pai fizeram por nós.

Aos meus outros familiares, que, mesmo longe, sempre me apoiaram, acreditaram em mim e desejam a minha felicidade e o meu sucesso. Obrigada por fazerem parte da minha história,

por me ajudarem a crescer e evoluir, e por se preocuparem comigo.

A Deus, que segue comigo aonde quer que eu vá, que me protege, me livra do mal e me guarda sempre o melhor caminho. Agradeço por ser uma pessoa iluminada pelo Senhor, privilegiada por ser cercada de sentimentos bons e ter uma vida plena. Obrigada, Senhor.

Às minhas amigas de infância, que colecionei ao longo dos anos, obrigada pelo companheirismo, pelas brincadeiras, pelos momentos engraçados e histórias vividas, pelo carinho, consideração e amizade que temos até hoje.

A todos os professores que me deram suporte para chegar a esta Universidade, obrigada por me darem a oportunidade de desfrutar do conhecimento de vocês, da vontade de construir um futuro bom e ir em busca dos meus sonhos.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer nesta Instituição. Não foram poucas as pessoas que me ajudaram a fazer, deste lugar, um ambiente mais familiar, de amor e companheirismo. Para quem mora longe de casa e sem os pais por perto, os amigos se tornam a família mais próxima. Obrigada pelos nossos momentos em todos esses anos, e por me fazerem uma pessoa muito feliz.

Às minhas amigas, Fabiana e Giovanna, que desde o primeiro dia de aula de faculdade estão presentes em minha vida. Quem diria que daquele intervalo entre a aula de histologia e biologia celular nasceria uma grande amizade e uma história com muitas aventuras? Obrigada por todo esse tempo de

companheirismo, amizade sincera, aprendizados, e crescimento pessoal. Obrigada por fazer do nosso intercâmbio o melhor que poderia ter sido, pelas viagens inesquecíveis e pelos perrengues compartilhados. Obrigada pela nossa amizade.

À minha primeira dupla, Amanda, com quem, apesar do pouco tempo dividido, pude aprender muito. Obrigada por partilhar momentos comigo, por ser essa mulher forte, inteligente, decidida, de bom caráter e que sempre dá conta do recado.

À minha dupla mor, Naiany, a qual, através do destino, tive o prazer de conhecer e compartilhar momentos de muito aprendizado, amizade, conversas sinceras, desabafos e de muitas alegrias. Obrigada por seres desse jeitinho, nossas diferenças nos completam e nos fizeram crescer juntas, na clínica e na vida. Te admiro por seres esse ser humano iluminado, sempre disposta a ajudar os amigos e com um coração enorme, além de ser uma criatura muito engraçada e única. Você merece tudo de melhor na vida, duplis.

Às minhas amigas, Ana Paula, Bianca, Deiziane, Fernanda, Gabriela, Helena e Luiza, que foram o presente que ganhei nessa última etapa da faculdade. Obrigada meninas, por fazerem os meus dias muito mais leves, divertidos e gostosos. Aprendi muito com a particularidade de cada uma de vocês, e vou levar isso para a vida. Com vocês vivi momentos importantes, compartilhando dificuldades, de muito apoio, perseverança e vibrações positivas. Obrigada por fazerem de mim uma pessoa melhor, e por dividirem comigo esse ciclo tão importante de nossas vidas.

À minha professora e orientadora, Beatriz Álvares Cabral de Barros, por quem meu respeito e consideração cresceu ainda mais após esse trabalho. Obrigada professora, por seres essa mulher inteligente, determinada, meiga, querida por todos, correta e tão paciente comigo. Obrigada por todos os ensinamentos passados, pelas vibrações a cada conquista e por mostrar que o estudo constante e o amor pelo que fazemos nos tornam a profissional que és, admirável.

Aos meus professores da graduação, que contribuíram para a minha formação e ajudaram a construir a pessoa que sou hoje, levo um pouco de cada um de vocês comigo. Obrigada pelas suas vivências, ensinamentos, conselhos, conversas e abraços. Obrigada por serem nossos mestres.

Ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, o qual abriu as portas de sua Instituição para que eu pudesse realizar essa pesquisa e se manteve sempre disposto a ajudar no que fosse necessário.

Aos meus pacientes, por terem confiado a sua saúde e o seu bem-estar a mim, dividindo histórias e momentos, colaborando, dessa forma, para o meu crescimento. Obrigada por terem feito parte disso tudo, minha consideração a vocês.

E por fim, à Universidade Federal de Santa Catarina, e aos seus servidores, pois tenho orgulho de dizer que fiz parte da história deste lugar, que me serviu de berço durante tantos anos. Agradeço por ter tido a oportunidade de usufruir de tudo que a UFSC pode me oferecer, contribuindo para meu crescimento

acadêmico e pessoal. Saio daqui, hoje, muito maior do que entrei,
e reconheço o valor da minha formação.

*“Só se pode alcançar um grande êxito
quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O Código de Ética Odontológico pode ser entendido como um conjunto de normas de comportamento, cuja prática deve reger a conduta nos diferentes aspectos da relação humana que se estabelece no desenvolvimento do exercício profissional. Busca-se, dessa forma, evidenciar a natureza ética do trabalho e garantir valores importantes para a sociedade, bem como para as suas práticas. Tais valores são o ponto de partida para a ação humana, tendo o poder de influenciar as suas decisões. A ética faz parte da natureza das relações humanas, construída histórica e socialmente como o bem comum. É a partir disso que este estudo analisou as denúncias e os processos éticos junto ao Conselho Regional de Santa Catarina (CRO-SC) no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, relacionando com as suas respectivas causas e situações no Conselho. Após a emissão da autorização de pesquisa pelo CRO-SC e parecer favorável do Comitê de Ética da UFSC, foi iniciado o estudo. Os resultados obtidos mostraram que a grande maioria dos casos de denúncias, 65%, se deram por causa de publicidade irregular, assim como os processos éticos, totalizando 68%. Seguida de outras infrações, compondo 20,3% e 15,9%, respectivamente. Através dos resultados desse trabalho, nota-se a importância de uma mudança na visão do cirurgião-dentista em relação aos valores éticos e sociais na odontologia, na tentativa de conduzir o trabalho sob uma perspectiva mais humanizada e valorizando o cuidado.

Palavras-chave: ética, odontologia legal e denúncia

ABSTRACT

The Code of Dental Ethics can be understood as a set of norms of behavior, whose practice must govern the conduct in the different aspects of the human relationship established in the development of professional practice. In this way, the aim is to highlight the ethical nature of work and to guarantee important values for society, as well as for its practices. Such values are the starting point for human action, having the power to influence their decisions. Ethics is part of the nature of human relations, built historically and socially as the common good. It's from this that this study analyzed the denunciations and the ethical processes at the Regional Council of Santa Catarina (CRO-SC) from January 2013 to December 2017, relating to their respective causes and situations in the Council. Following the issuance of the research authorization by the CRO-SC and the favorable opinion of the UFSC Ethics Committee, the study started. The results showed that the great majority of the cases of denunciations, 65%, were due to irregular publicity, as well as ethical processes, totaling 68%. Followed by other infractions, composing 20.3% and 15.9%, respectively. Through the results of this study, we note the importance of a change in the vision of the dental surgeon in relation to ethical and social values in dentistry, in an attempt to conduct the work from a more humanized perspective and valuing care.

Key words: ethics, legal dentistry and complaint

LISTA DE FIGURAS

1. Figura 1 - Fluxograma do Processo Ético
Disciplinar.....32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição das denúncias segundo sua origem.....	35
Quadro 2 – Situação das denúncias, segundo o ano.....	36
Quadro 3 - Origem dos processos éticos instaurados no CRO/SC.....	39
Quadro 4 - Situação dos Processos Éticos, segundo o ano.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CD – Cirurgião-dentista

CRO – Conselho Regional de Odontologia

CFO – Conselho Federal de Odontologia

SC – Santa Catarina

CEO – Código de Ética Odontológico

ART – Artigo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

CPDC – Código de Proteção e Defesa do Consumidor

LISTA DE SÍMBOLOS

() – Parênteses

“ ” – Aspas

/ - Barra

: - Dois pontos

I – Número 1 (um) em algarismos romanos

II – Número 2 (dois) em algarismos romanos

V – Número 5 (cinco) em algarismos romanos

VII – Número 7 (sete) em algarismos romanos

VIII – Número 8 (oito) em algarismos romanos

IV – Número 4 (quatro) em algarismos romanos

X – Número 10 (dez) em algarismos romanos

XVIII – Número 18 (dezoito) em algarismos romanos

XI – Número 11 (onze) em algarismos romanos

XII – Número 12 (doze) em algarismos romanos

XIII – Número 13 (treze) em algarismos romanos

XIV – Número 14 (quatorze) em algarismos romanos

§ - Parágrafo

% - Porcentual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
2. REVISÃO DA LITERATURA	24
3. OBJETIVOS.....	33
3.1 Objetivo Geral	33
3.2 Objetivos Específicos.....	33
4. METODOLOGIA	34
5. RESULTADOS.....	35
6. DISCUSSÃO.....	38
7. CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A.....	46
APENDICE B.....	47

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a ética na odontologia existe desde antes da formação dos Conselhos que regem a profissão, sendo antigamente tratada como uma forma abstrata, através de acordos e conciliações. A criação do Código de Ética Odontológico visou esclarecer a natureza ética da atividade e garantir valores importantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas.

Ao longo da evolução da profissão, em razão do aumento expressivo do número de profissionais, assim como o acirramento da concorrência entre eles, juntamente com um ensino cada vez mais técnico, observa-se profissionais cada vez mais susceptíveis a ter que lidar com processos éticos, sejam relacionados a pacientes, funcionários ou colegas de profissão.

De acordo com Morin (2002), “*o conceito de ética no cotidiano do ensino odontológico precisa também ser ampliado de uma ética profissional, codificada em obrigações e direitos, para uma ética do gênero humano, visando a aprender um saber-ser e não somente um saber fazer*”.

As escolas de ensino superior têm gerado um grande número de formados na área da saúde. Entretanto,

tão necessário quanto uma boa formação acadêmica é a conscientização dos fundamentos éticos que envolvem suas relações sociais. Somente a ética pode garantir a igualdade preconizada na própria Constituição Federal da República de 1988. (GARCIA, 2008).

Segundo Figueira Jr (2010), o Conselho Federal de Odontologia, com suas colocações claras, determina os profissionais a atuarem com atitudes e comportamentos alicerçados no tripé: diagnóstico correto, atualização de conhecimentos científicos e dignidade, constituindo infração ética o não cumprimento de um desses itens. Uma conduta baseada nos princípios éticos, aliada a valores morais e uma correta comunicação entre profissional e paciente, estando este sempre disposto para possíveis esclarecimentos, é o que cria um bom relacionamento com o paciente, bem como a sua família. Dessa maneira, cria-se uma relação harmônica, baseada na confiança de ambos os lados.

Assim como os processos éticos, os cirurgiões-dentistas (CD) estão sujeitos a responder perante à Justiça a demandas também fundadas na responsabilidade civil, uma vez que o paciente é considerado um consumidor, e o CD, um profissional liberal, devendo sempre agir com diligência para com o seu paciente, podendo cometer ato ilícito quando agir com imperícia (quando o profissional exerce uma

atividade sem o devido conhecimento técnico ou preparo prático), imprudência (agir precipitadamente, de maneira leviana e sem cautela) e negligência (a omissão da conduta a qual o profissional deveria ter). O Código de Defesa do Consumidor, instituído em 1991, regula a proteção dessa relação de contratação de serviços.

Porém, para que se fale em responsabilidade civil é necessário que haja um dano, voluntário ou não, a conduta e o nexo de causalidade entre esses dois últimos. (MEDEIROS, 2014). Para tanto o agente deve ser um profissional devidamente habilitado, do contrário caracteriza-se exercício ilegal da profissão; o ato deve vir, obrigatoriamente, de um dano ilícito; a culpa deve originar-se de um ato desprovido de cautela e precauções; o dano deve ser realizado com negligência, imprudência ou imperícia; e por fim, o nexo de causalidade, que vincula o ato do profissional ao dano por ele causado. Se o nexo de causalidade não for comprovado, a ação indenizatória se torna improcedente. (KATO, 2008).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Assim como na medicina, as primeiras práticas odontológicas eram baseadas em conhecimentos empíricos e artesanais, executadas por pessoas da família, curandeiros ou religiosos. Somente com o passar do tempo é que o exercício da Odontologia se iniciou como ocupação profissional e de tempo integral. (GARCIA,2008).

Historicamente, foi através da Lei nº 1.314/51, (Brasil, 1951), que se normatizou o exercício da odontologia apenas por portadores de diplomas em cursos oficiais ou reconhecidos. Posteriormente, em 1966, foi regulamentada, de fato, a profissão com a atual lei nº 5.081/66, (Brasil, 1966), a qual apresenta as normas reguladoras da atividade, regidas por um órgão de classe, as quais se infringidas, acarretam sanções que serão aplicadas pelo mesmo. (PEREIRA, 2008).

Com a necessidade de um órgão fiscalizador autorizado, surgiram, em 1964, e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704, de 03 de junho de 1971, o Conselho Federal de Odontologia e os seus respectivos Conselhos Regionais, que têm como objetivo guardar a ética profissional em todo o território brasileiro. (GARCIA, 2008).

Foi então que surgiu, através da Resolução CFO nº 59/71, em 14 de abril do ano citado, o primeiro Código de Ética Odontológico (CEO), com o intuito de formar um padrão de conduta reconhecido, esclarecendo a natureza ética do trabalho e garantir valores relevantes para as práticas desenvolvidas. (LUCENA, 2013).

Segundo a lei nº 4324/64, o CFO apresenta o encargo legal de elaborar o código. Desde 1964, o Código de Ética Odontológico passou por oito alterações que foram realizadas através de várias resoluções. Os CEOS que vigoraram até dezembro de 1991, foram criados por comissões delegadas pelo CFO, já os que entraram em vigência a partir de 1992, foram resultados de conferências nacionais, refletindo, assim, melhor os desejos da classe odontológica, uma vez que o mesmo representa o referencial normativo para os cirurgiões-dentistas que operam no território nacional. (COSTA et al, 2014).

Costa et al (2013), traz uma análise comparativa entre o CEO em vigor até 2012 (aprovado pela Resolução CFO nº 42/2003), e o seu sucessor vigendo desde 1º de janeiro de 2013 (aprovado pela Resolução CFO nº 118/2012).

As mudanças já se iniciam pelas inserções dos art. 3º e 4º das disposições preliminares, os quais colocam em pauta uma visão mais integral do indivíduo pelo

profissional, a fim de satisfazer as necessidades de saúde da população e de defender os princípios das políticas públicas de saúde.

Foi inserido também, no art. 5º inciso III o direito de contratar os serviços de outros profissionais da Odontologia, por escrito; e no inciso V, atribuindo ao cirurgião-dentista (CD) que renunciar ao atendimento do paciente, o dever de comunicá-lo previamente, por escrito, concedendo as informações essenciais para a continuidade do tratamento, bem como o direito de renúncia de trabalhos que não sejam da sua capacidade, e a decisão do tempo a ser aplicado a cada paciente (inciso VII).

O novo código contém artigos abrangendo também as categorias técnicas e auxiliares, as quais agora, através do art. 6º, possuem direito a recusar atividades e trabalhos que não sejam da sua competência técnica, ética e legal; também possuem, os técnicos e auxiliares em saúde bucal, o direito de executar, sob acompanhamento do CD, os procedimentos listados na Lei nº 11.889/2008.

Foi incluído no novo código, através do art. 9º, o dever de o profissional manter suas obrigações financeiras ajustadas e seus dados atualizados perante ao Conselho Regional de Odontologia (CRO), segundo os incisos I e II, respectivamente. Além do inciso X, que traz o dever de o profissional manter atualizados os prontuários digitais da

mesma forma que os demais, assim como enviar o material ao laboratório de prótese dentária junto de uma ficha específica assinada, de acordo com o inciso XVIII, do mesmo artigo.

Foram postas no art. 11, informes sobre infração ética: “XI – delegar a profissionais técnicos ou auxiliares atos ou atribuições exclusivas da profissão de cirurgião-dentista; XII – opor-se a prestar esclarecimentos e/ou fornecer relatórios sobre diagnósticos e terapêuticas, realizados no paciente, quando solicitados pelo mesmo, por seu representante legal ou nas formas previstas em lei; XIII – executar procedimentos como técnico em prótese dentária, técnico em saúde bucal, auxiliar em saúde bucal e auxiliar em prótese dentária, além daqueles discriminados na Lei que regulamenta a profissão e nas resoluções do Conselho Federal; e XIV – propor ou executar tratamento fora do âmbito da odontologia”.

Do mesmo modo, constitui infração ética, segundo o art. 10, inciso III, expor imagem ou qualquer outro dado que identifique o paciente, em qualquer meio de comunicação, seja qual for a alegação, exceto em caso de docência e publicações científicas. Ainda no art. 13º, foram incluídos os termos agenciar e aliciar pacientes às infrações éticas.

Outra novidade desse novo CEO, é o cap. VII do art. 17, que é destinado integralmente a falar sobre o prontuário odontológico, trazendo a importância da manutenção e cuidado da documentação odontológica.

Relativo ao Art. 20, foram incluídos novos itens que compõem infração ética: “ VIII – permitir o oferecimento, ainda que de forma indireta, de seus serviços, através de outros meios com forma de brinde, premiação ou descontos; IX – divulgar ou oferecer consultas e diagnósticos gratuitos ou em compromisso; e, X – a participação do cirurgião-dentista a entidades prestadoras de serviços odontológicos em cartão de descontos, caderno de descontos, “*gift card*” ou “vale-presente” e demais atividades mercantilistas”.

O art. 28 do CEO, que abrange a área da odontologia hospitalar, traz mais um item como sendo infração ética, salientando o dever de encaminhar seus pacientes internados a outro profissional em caso de afastamento das suas funções.

O art. 30 aborda a questão da responsabilidade solidária, na qual, a frente de uma infração ética, os profissionais inscritos prestadores de serviço respondem solidariamente, dentro de suas obrigações, pelo ato praticado.

No art. 32 foram alterados alguns incisos, abrangendo infrações éticas o “oferecimento de bonificações em concursos, sorteios, premiações e promoções”, bem como “prestar serviços odontológicos, contratar empresas ou profissionais ilegais ou irregulares”. Além dessas modificações foram adicionados ao artigo incisos relacionados ao uso indiscriminado dos Raios X, atualizações de contrato e uso de descontos na odontologia.

Acrescentou-se, ainda, ao art. 33, como dever dos responsáveis técnicos e proprietários inscritos, a comunicação ao CRO imediata sobre qualquer infração ética ocorrida em sua empresa responsável. Além da alteração no inciso I, que é relacionada à publicidade.

Em relação ao art. 36, foi adicionado um novo capítulo, abrangendo o conteúdo sobre doação, transplante e banco de órgãos, tecidos e biomateriais.

Houve, também, alterações em relação a entrevistas, nas quais está proibido informar endereço profissional, endereço eletrônico e telefone, segundo o art. 47; e também a promoção de seus serviços odontológicos em palestras, bem como distribuição de material publicitário, pelo art. 48.

Como já havia no código anterior, o novo art. 54 reforça a obrigação do conhecimento do Código de Ética Odontológico, não eximindo a penalidade do infrator sob

alegação de ignorância dos preceitos do CEO, incluindo, além disso, condições que podem agravar a pena. Corroborando, dessa forma, para a importância de o profissional estar sempre atualizado perante às normas e legislações que regem a sua profissão.

Para regulamentar a tramitação dos processos éticos nos Conselhos existe o Código de Processo Ético Odontológico. As etapas do processo ético dentro dos Conselhos de Odontologia apresentam duas instâncias: a primeira composta pelos CRO's, e a segunda pelo CFO, sendo de atribuição do Conselho em que o profissional se encontra inscrito o dever de punição, julgamento e aplicação da penalidade. (Art. 3º e 4º).

Diante da presença de representação ou denúncia, é função da Comissão de Ética, em parecer inicial, determinar o enquadramento da infração no Código de Ética Odontológico, sendo delegado ao Presidente do Conselho competente a instauração do Processo Ético, posteriormente. Na presença de denúncia, essa deverá conter assinatura e qualificação do denunciante e descrição do fato e de elementos que possam ser necessários, além do nome e endereço de testemunhas, se houver. Se a denúncia for improcedente, será arquivada pelo Presidente da Comissão de Ética, se não, será determinada a sua apuração. A partir disso, cabe ao mesmo designar dia e hora para uma

audiência de conciliação e instrução, determinar a citação do acusado e a intimação do denunciante, encaminhando-lhe cópia da denúncia ou representação, tipificando a ele a infração imputada (art. 11).

Após o recibo da intimação, confirma-se a obrigatoriedade do comparecimento à Audiência de Conciliação e Instrução, onde o profissional poderá apresentar contestação e produzir provas que julgar necessárias. Caso o acusado não for localizado, a citação é realizada por meio de um edital, na Imprensa Oficial. Porém, se o acusado for revel, é nomeado um defensor dativo pelo Presidente da Comissão de Ética, obrigatoriamente inscrito na jurisdição, que apresentará a defesa e acompanhará o processo até a decisão final (art. 13).

No caso de conciliação, a Comissão de Ética ou a Câmara de Instrução irá fazer o decreto e encaminhar o processo ao Presidente do Conselho para arquivamento. Não havendo a conciliação, o acusado oferecerá contestação, expondo suas razões e apresentando provas, podendo ter até 3 (três) testemunhas. Após a tomada dos depoimentos e a condução das perguntas por parte da Comissão ou da Câmara de Instrução às partes envolvidas, encerra-se a ata, que deverá conter a assinatura de todos os presentes (art.14).

Encerrada a instrução, a Comissão ou a Câmara de Instrução, no prazo de 30 (trinta) dias, emitirá seu parecer final e encaminhará os autos ao Presidente do Conselho (art. 15). O mesmo dará conhecimento às partes do parecer final da Comissão ou da Câmara de Instrução, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, se quiser, apresentar razões finais (art.16).

Em caso de alguma das partes requerer perícia, o presidente da Comissão de Ética ficará encarregado de designar o especialista, que, em dia e hora fixados, estabelecerá o compromisso de cumprir conscienciosamente o encargo que lhe for cometido. As partes serão notificadas do dia, hora e local da perícia, ficando encarregadas da condução dos assistentes técnicos (art. 18 e 19).

Após recebimento do processo, o Presidente do Conselho marcará a data do julgamento e designará um Conselheiro relator para o processo, o qual deverá apresentar relatório-conclusivo sobre a questão em pauta, antes da Reunião Plenária de Julgamento (art. 21).

Durante a sessão, após a leitura do relatório-conclusivo pelo Conselheiro designado, o Presidente do Conselho Regional dará a palavra, para sustentação das alegações, em primeiro lugar ao denunciante ou seu procurador e, em seguida ao acusado ou seu procurador (art.

22). Após isso, o Plenário do Conselho passará a deliberar em sessão aberta às partes e procuradores, podendo qualquer dos membros do Conselho pedir ao relator esclarecimentos que se relacionem com fato sob julgamento (art. 25).

A decisão pronunciada em processo ético será denominada Acórdão (art. 26). Para absolver um acusado, o Acórdão deve apresentar as suas razões indicando: a prova da inexistência do fato; a não constituição de infração ao Código de Ética; a não existência de prova do acusado ter concorrido para infração ao Código de Ética; a existência de circunstância que exclua a ilicitude do fato ou culpabilidade/imputabilidade do agente; a não existência de prova suficiente para a condenação (art. 27, §1º). Já se o Conselho proferir Acórdão condenatório, esse deverá mencionar as circunstâncias apuradas e o que mais deva ser levado em conta na fixação da pena, as circunstâncias agravantes e atenuantes definidas no CEO e as penas impostas (art. 27, §2º).

A partir da proclamação do resultado pelo Presidente, as partes serão notificadas do Acórdão através de correspondência postal com aviso de recebimento, anexada cópia do inteiro teor do mesmo (art. 29).

As penas aplicáveis são as previstas no Código de Ética Odontológico (art. 34). A partir da ciência das partes

envolvidas, dá-se o prazo de 30 (trinta) dias para recurso ao Conselho Federal (art. 36).

No fluxograma a seguir observa-se o tramite desde a denúncia no Conselho Regional de Odontologia até o estágio final do processo ético.

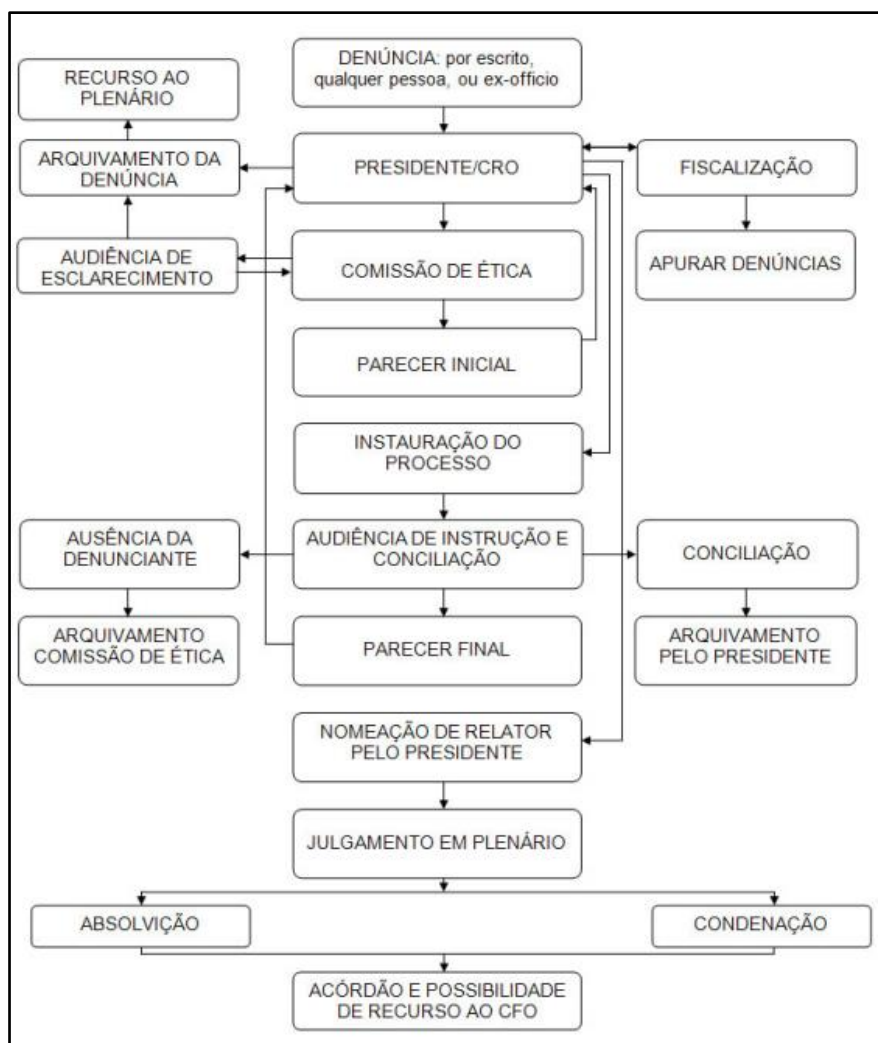


Figura 1: Fluxograma do Processo Ético Disciplinar
Fonte: CRO-SC 2006

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O estudo tem por objetivo analisar os processos éticos e denúncias instaurados no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2017.

3.2 Objetivos Específicos

- Avaliar se houve crescimento no número de denúncias e processos éticos realizados nesse período;
- Analisar a causa das infrações;
- Analisar a situação das denúncias e dos processos éticos.

5. METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho foi solicitado ao Conselho Regional de Santa Catarina (CRO-SC) e à sua Comissão de Ética uma autorização de acesso a arquivo corroborando com a realização do estudo. Trata-se de um estudo transversal e retrospectivo, tendo sido executado o levantamento de todas as denúncias realizadas no período entre 2013 e 2017.

A pesquisa foi realizada após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC).

6. RESULTADOS

O número total de denúncias realizadas junto ao CRO-SC foi de 2088 casos. No quadro 1 temos a quantidade de denúncias segundo a sua origem, no período entre 2013 e 2017, classificadas em: exercício ilegal da profissão, exercício irregular da profissão, publicidade irregular, possível erro técnico e outras.

Quadro 1: Distribuição das denúncias segundo sua origem

ORIGEM DA INFRAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	%
Exercício Ilegal da Profissão	2	11	20	26	42	101	4,8%
Exercício irregular da Profissão	0	6	11	24	10	51	2,4%
Publicidade Irregular	24	16	136	126	1056	1358	65%
Possível Erro Técnico	30	34	24	41	25	154	7,4%
Outras Infrações	92	60	57	80	135	424	20,3%
TOTAL	148	127	248	297	1268	2088	100%

Fonte: CRO/SC (2018)

A situação, segundo o ano, das denúncias instauradas no Conselho encontra-se no Quadro 2.

Quadro 2: Situação das denúncias, segundo o ano

Situação das denúncias	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Em Tramitação	22	18	36	59	676	811
Abertura de Processo	63	42	156	136	442	818
Aguardando Providência	0	3	0	0	90	93
Arquivada	63	64	56	102	60	355
TOTAL	148	127	248	297	1268	2088

Fonte: CRO/SC (2018)

No quadro 3, temos a origem dos processos éticos deferidos pela Comissão de Ética do CRO/SC, em cada ano.

Quadro 3: Origem dos processos éticos instaurados no CRO/SC

Origem dos Processos Éticos	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	%
Exercício Ilegal da Profissão	1	2	12	37	23	75	8,9%
Exercício Irregular da Profissão	0	1	0	6	12	19	2,3%
Publicidade Irregular	28	21	9	128	382	568	68%
Possível Erro Técnico	9	3	10	5	13	40	4,8%
Outras Infrações	14	38	4	19	58	133	15,9%
TOTAL	52	65	35	195	488	835	100%

Fonte: CRO/SC (2018)

O quadro 4 apresenta a situação dos processos éticos na Instituição. Nota-se que a grande maioria dos processos, num total de 624, estão em tramitação no Conselho.

Quadro 4: Situação dos Processos Éticos, segundo o ano

Situação dos Processos Éticos	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Em tramitação	20	37	28	155	384	624
Aguardando Providência	0	0	0	0	33	33
Arquivado	32	28	7	40	71	178
TOTAL	52	65	35	195	488	835

7. DISCUSSÃO

No Brasil, vem-se notando um amplo crescimento do número de faculdades de odontologia, resultando num aumento desproporcional do número de cirurgiões-dentistas no país, superando, inclusive, o crescimento populacional, com uma correlação de 5,7% para 1,6%. A recomendação do índice cirurgião-dentista/habitante pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1:1.500, porém essa relação se apresenta muito maior nos três estados da região sul do país (PARANHOS, 2011). Segundo dados estatísticos do CRO-SC, em 2017, havia 577 habitantes por profissional devidamente inscrito na Instituição.

Segundo Oliveira et al. (2008), além do amplo número de faculdades, a formação profissional focada quase exclusivamente na parte técnica ajuda a formar profissionais com um olhar menos humanista em relação ao paciente. A partir desse cenário saturado, com um mercado cada vez mais competitivo e associado a uma falta de conhecimento sobre bioética e odontologia legal por parte dos profissionais, se instaura o constante aumento no número de denúncias e processos éticos junto aos Conselhos Regionais de Odontologia.

Outro fator recorrente nos processos contra os cirurgiões-dentistas é a falta de boa comunicação com o

paciente, que poderia evitar enganos e falhas de entendimento na relação profissional/consumidor, ocorrência que seria capaz de motivar uma demanda judicial. Com uma população mais ciente dos seus direitos e cada vez mais informada, o hábito de manter uma relação cordial entre as partes é importante para não sobrar dúvidas que o consumidor/paciente foi lesado ou não (Pereira, 2008).

Um aspecto que também merece destaque são as publicações de casos clínicos em perfis de cirurgiões-dentistas nas mídias sociais, incluindo fotografias de antes e depois, que normalmente abrangem conteúdos em relação à estética e/ou reabilitação oral. Deve-se levar em conta que esse tipo de comportamento pode gerar falsas expectativas nos usuários que já são pacientes ou que poderão vir a se tornar, resultando numa estratégia de marketing pouco ética.

O Código de Ética Odontológico, no capítulo referente ao “sigilo profissional”, faz orientações gerais sobre a proibição da exposição de informações de pacientes; bem como no capítulo “do anúncio, da publicidade e da propaganda”, que contém referência sobre as condições de divulgação ao público leigo, como o uso de imagens de procedimentos odontológicos e suas possíveis interpretações. Uma vez que, além de transgredir o Código de Ética e o artigo 7º da Lei 5.081, a qual regula o exercício

da odontologia no país, o profissional ainda pode ser processado por não ter realizado um trabalho de acordo com a propaganda produzida. Pois, para o Código de Defesa do Consumidor, a propaganda promovida integra o contrato que virá a ser celebrado entre as partes, uma vez que o uso da imagem pode gerar expectativas em relação ao resultado final do trabalho (Martorell, 2016).

Em relação a essa questão, ainda, deve-se ressaltar que a ética profissional não se dá somente sobre o paciente, no tocante a questões como sigilo, privacidade e confidencialidade de informações, mas afeta, também, os colegas de profissão, podendo gerar uma concorrência desleal e o ato de granjear clientes, além de contribuir negativamente para a imagem da odontologia (Martorell, 2017). Dessa maneira, confunde-se a prestação de serviços em saúde com a venda de um produto, deixando a ideia deturpada que o profissional tem total controle sobre a saúde dos seus pacientes.

No presente estudo, observa-se um número total de 2088 denúncias ao CRO-SC entre 2013 e 2017, havendo um aumento de 8,6 vezes dos casos nesse período. A maior causa das infrações cometidas pelos cirurgiões-dentistas é por publicidade irregular, compondo 65% da amostra. Dessa, 41,8% dos atos sofreram abertura de processo ético. Fato que corrobora com a pesquisa feita por Garcia (2008),

que afirmou que 56,5% das infrações junto ao referido Conselho tinham a mesma causa, em estudo feito entre os anos de 1994 e 2006. O mesmo acontece no estudo de Franco (2006), o qual constatou que 61,06% dos processos éticos se davam por panfletagem, propaganda ou anúncio irregular. Vale salientar que a panfletagem e a propaganda irregular não constituem somente infração ética, mas também crime ambiental segundo a lei nº 9605 de 1998, tornando o profissional susceptível a punição ética, cível e criminal, além de contribuir negativamente para a imagem do cirurgião-dentista (Barros, 1998).

Pois, além do Código de Ética Odontológico e da Constituição Federal (Lei 5081/66), a responsabilidade do cirurgião-dentista é prevista, também, no Código Civil, no Código Penal, no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CPDC), no Código de Processo Penal e Código de Processo Civil (Franco, 2006).

O cirurgião-dentista é considerado um prestador de serviços, e o paciente consumidor desses serviços. Dessa maneira, o profissional liberal responde também perante ao direito do consumidor (Kato, 2008). Portanto, o CPDC pode ser utilizado para qualquer reclamação ao profissional, pois, segundo o código, em seu artigo 37, caracteriza como enganosa *“qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou*

parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito à natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços" (Garbin, 2010).

O número de processos instaurados no CRO-SC no período estudado teve um aumento de 9,4 vezes, sendo que do total de 835 ações, 68% também eram por causa de publicidade irregular, compondo a grande maioria das ocorrências, seguida de outras infrações, com 15,9% dos casos.

Um fator que atenua o crescimento do número de processos são os acordos entre as partes, destacando que neles os denunciados reconhecem a legitimidade da denúncia, e, a fim de não prorrogar mais o longo trâmite do processo ético, resolvem acatar as solicitações do reclamante. Em relação ao arquivamento, esse se dá quando o denunciante se ausenta da audiência, a denúncia é improcedente ou quando é expressamente solicitado pelas partes. (Pena, 2013)

8. CONCLUSÕES

Através dos resultados desse trabalho, nota-se a importância de uma mudança na visão do cirurgião-dentista em relação aos valores éticos e sociais na odontologia, conduzindo o trabalho sob uma perspectiva mais humanizada, valorizando o cuidado.

Durante o período estudado, o número total de denúncias no CRO-SC teve um significativo crescimento, passando de 148 casos em 2013 para 1268 em 2017, aumentando 8,6 vezes. Desse mesmo modo, os processos éticos também tiveram um aumento expressivo, em torno de 9,5 vezes.

Dentre as causas mais frequentes, destaca-se a publicidade irregular, que está presente na grande maioria dos casos, compondo 65% das causas de denúncias e 68% das de processos. Seguida de outras infrações, integrando 20,3% e 15,9%, respectivamente.

Das 2088 denúncias, 818 sofreram abertura de processo ético, 811 estavam em tramitação no Conselho, 93 estavam aguardando providência e o restante foram arquivadas. Do total de processos éticos, 624 estavam em tramitação na Instituição, 33 estavam aguardando providência e 178 foram arquivadas.

REFERÊNCIAS

COSTA, Sueli Souza; SILVA, Antonia de Mesquita. **O novo código de ética odontológica e a alteração no cotidiano do cirurgião dentista**. 2014. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de Odontologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

FRANCO, Eduardo Lucio. **Levantamento dos processos éticos no CRO-GO no período 2000/2005**. 2006. 75 f. Monografia (Especialização) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, 2006.

GARBIN, Artênio José Isper et al. **Publicidade em odontologia: avaliação dos aspectos éticos envolvidos**. 2010. 5 f. Dissertação - Departamento de Odontologia Infantil e Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Porto Alegre, 2010.

GARCIA, Sidnei José. **O código de ética odontológica e suas infrações: um estudo sobre os processos ético-profissionais dos cirurgiões dentistas do estado de Santa Catarina**. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Odontologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

JUNIOR, Enio Figueira; Trindade, Giselle de Oliveira. **Responsabilidade do Cirurgião Dentista Frente ao**

Código de Defesa do Consumidor. Cadernos UniFOA. Volta Redonda, ano V, n. 12, abril 2010.

KATO, Melissa Thiemi et al. Responsabilidade civil do cirurgião-dentista. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 1, p.66-75, abr. 2008.

LOLLI, Luiz Fernando et al. **Perfil profissional do cirurgião dentista em associação ao conhecimento do código de ética odontológico.** **Brazilian Journal Of Surgery And Clinical Research**, Maringá, v. 1, n. 1, p.05-10, fev. 2013.

LUCENA, Mara Ilka Holanda Medeiros de; SILVA, Anderson Candeia D; SORIANO, Evelynne Pessoa. **Estudo dos resultados e penalidades atribuídas aos processos éticos instaurados no Conselho Regional de Odontologia de Paraíba-Brasil durante o período de 1981- 2010.** 2013. 17 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Odontologia, Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2013

MARTORELL, Leandro Brambilla et al. **O Uso de Imagens em Redes Sociais e o Respeito ao Paciente Odontológico.** **J Health Sci**, Df, v. 2, n. 18, p.104-110, 2016

MARTORELL, Leandro Brambilla; FINKLER, Mirelle. **Carta de Natal- Em busca da alforria para a utilização de imagem de pacientes em redes sociais.** **Revista**

Brasileira de Odontologia Legal – Rbol, [s.l.], v. 3, n. 4, p.117-123, out. 2017.

MEDEIROS, Urubatan Vieira de e COLTRI, André Ricardo. **Responsabilidade civil do cirurgião-dentista**. *Rev. Bras. Odontol.* [Online]. 2014, vol.71, n.1, pp. 10-16. ISSN 1984-3747

PARANHOS, Luiz Renato et al. **Implicações éticas e legais do marketing na Odontologia**. *Rsbo*, v. 2, n. 8, p.219-224, jun. 2011.

PENA, Richardson Bruhmer Jorge et al. **Processos éticos do Conselho Regional do Pará no período de 2007 a 2010**. *Saúde, Ética e Justiça*. 2013;18(1):116-23

PEREIRA, Mariana Mourão de Azevedo Flores. **Aspectos éticos e legais do exercício profissional do cirurgião dentista como pessoas física e jurídica**. 2009. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

PEREIRA, Wander. **A responsabilidade civil do cirurgião dentista em face ao Código de Defesa do Consumidor**. 2005. 22 f. - Curso de Odontologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE ODONTOLOGIA
DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ODONTOLOGIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 21 dias do mês de maio de 2018, às 16:30 horas,
em sessão pública no (a) Auditorio - CCS desta Universidade, na presença da
Banca Examinadora presidida pelo Professor

Biaty A. de Barros

e pelos examinadores:

- 1 - Thais Magalhães Duque
 - 2 - Alexsandra Rodrigues de Camargo
- o aluno Luizgo Mota

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação intitulado:

"As Denúncias de Infrações Éticas junto ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina"

como requisito curricular indispensável à aprovação na Disciplina de Defesa do TCC e a integralização do Curso de Graduação em Odontologia. A Banca Examinadora, após reunião em sessão reservada, deliberou e decidiu pela aprovação do referido Trabalho de Conclusão do Curso, divulgando o resultado formalmente ao aluno e aos demais presentes, e eu, na qualidade de presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais componentes da Banca Examinadora e pelo aluno orientando.

Biaty A. de Barros

Presidente da Banca Examinadora

Thais M. Duque
Examinador 1

Alexsandra Camargo
Examinador 2

Luizgo Mota
Aluno

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As Denúncias de infrações éticas junto ao Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina

Pesquisador: BEATRIZ ALVARES CABRAL DE BARROS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82223817.0.0000.0121

Instituição Proponente: Departamento de Odontologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.620.235

Apresentação do Projeto:

TCC de Luiza Mota, do curso de Odontologia da UFSC, sob orientação de Beatriz Barros. Os pesquisadores esperam obter o CRO-SC "autorização de acesso a arquivo corroborando [sic] com a realidade dos estudos" para avaliar se houve crescimento no número de processos éticos e denúncias realizados nesse período, analisar a causa das queixas, avaliar a quantidade de penas aplicadas comparadas às queixas registradas, relacionar os registros das infrações com as suas devidas especialidades odontológicas e analisar as penalidades impostas para cada infração. Trata-se de um estudo transversal e retrospectivo, nos quais os dados serão analisados por técnicas estatísticas para análise descritiva. Estão previstos 150 participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O estudo tem por objetivo analisar os processos éticos e denúncias instaurados no Conselho Regional de Santa Catarina, entre janeiro de 2013 e dezembro de 2017. **Objetivo Secundário:** Avaliar se houve crescimento no número de processos éticos e denúncias realizados nesse período; analisar a causa das queixas; avaliar a quantidade de penas aplicadas comparadas às queixas registradas; relacionar os registros das infrações com as suas devidas especialidades odontológicas; analisar as penalidades impostas para cada infração.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada, tanto na PB quanto na carta resposta às pendências anteriores.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem considerações adicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto vem assinada pela pesquisadora responsável e pelo subcoordenador do curso de odontologia. É apresentada declaração do CRO, tomando conhecimento da pesquisa, autorizando-a nos termos das res. 466/12 e informando que os pesquisadores somente terão acesso aos dados já anonimizados. O novo cronograma prevê a coleta de dados a partir de abril de 2018. O orçamento prevê despesas de R\$ 400,00 com financiamento próprio. Os pesquisadores solicitam dispensa de TCLE argumentando que a pesquisa é i) um estudo observacional, analítico ou descritivo retrospectivo, que empregará apenas informações de sistemas de informação institucionais; ii) porque todos os dados serão gerenciados e analisados de forma anônima, sem identificação nominal dos participantes da pesquisa; iii) porque os resultados decorrentes do estudo serão apresentados de forma agregada, não permitindo a identificação individual dos participantes.

Recomendações:

Sem recomendações adicionais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1008043.pdf	02/04/2018 22:43:23		Aceito
Outros	carla_resposta.pdf	02/04/2018 22:25:41	LUIZA MOTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_cro.pdf	02/04/2018 22:10:18	LUIZA MOTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	novo_projeto_tcc.pdf	02/04/2018 22:07:57	LUIZA MOTA	Aceito
Folha de Rosto	nova_folha_de_rosto.pdf	02/04/2018 22:04:26	LUIZA MOTA	Aceito
TCLE / Termos de	isencao_TCLE.pdf	23/11/2017	LUIZA MOTA	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade CEP: 88.040-400

UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 2.620.235

Assentimento / Justificativa de Ausência	isencao_TCLE.pdf	11:46:29	LUIZA MOTA	Aceito
--	------------------	----------	------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 25 de Abril de 2018

Assinado por:
Luiz Eduardo Toledo
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br